

**A Unesco em pesquisas do campo da Educação: discussões
a partir do mapeamento da produção**

**UNESCO in research in the field of Education: discussions
from the mapping of production**

**La UNESCO en investigaciones en el campo de la Educación: discusiones
a partir del mapeo de la producción**

Aldimara Catarina Brito Delabona Boutin*

 <https://orcid.org/0000-0002-0564-8290>

Simone de Fátima Flach**

 <http://orcid.org/0000-0002-9445-0111>

Resumo: A partir de pesquisa bibliográfica, este texto apresenta mapeamento da produção acadêmica no campo da Educação sobre a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). O objetivo é contribuir para a reflexão sobre o perfil quantitativo e a incidência de produções que tomam a Unesco como objeto e fonte de pesquisa. Para tanto, aborda-se a origem da Unesco, com destaque para a relação e a interferência da agência na Educação, especialmente no Brasil. Partindo disso, analisa-se a produção acadêmica a respeito da temática em tela e sistematizam-se dados quantitativos e as temáticas que emergem das teses e das dissertações que tomaram a Unesco como objeto e tema de estudo. Como resultado, indica-se que a maioria das pesquisas adota posicionamento crítico em relação à agência internacional e que há carência de estudos que abordem diretrizes e orientações para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio.

Palavras-chave: Unesco. Estado do conhecimento. Educação. Produção acadêmica.

Abstract: From bibliographic research, this text presents the mapping of the academic production in the field of Education on the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). The objective is to contribute to the reflection on the quantitative profile and the incidence of productions that take UNESCO as object and source of research. For that, the origin of UNESCO is addressed, with emphasis on the relationship and interference of the agency in Education, especially in Brazil. Based on that, the academic production regarding the topic under discussion is analyzed and quantitative data and the themes that emerge from the theses and dissertations that took UNESCO as object and theme of study are systematized. As a result, it is indicated that most investigations adopt a critical position about the

* Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, Paraná, Brasil. *E-mail:* <audiboutin@hotmail.com>.

** Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, Paraná, Brasil. *E-mail:* <eflach@uol.com.br>.

international agency and that there is a lack of studies that address guidelines and orientations for Elementary School and High School.

Keywords: UNESCO. State of knowledge. Education. Academic production.

Resumen: A partir de una investigación bibliográfica, este texto presenta un mapeo de la producción académica en el campo de la Educación sobre la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO). El objetivo es contribuir a la reflexión sobre el perfil cuantitativo y la incidencia de producciones que toman a la UNESCO como objeto y fuente de investigación. Para ello, se aborda el origen de la UNESCO, con destaque hacia la relación e injerencia de la agencia en la Educación, especialmente en Brasil. Partiendo de ello, se analiza la producción académica en torno al tema en pantalla y se sistematizan datos cuantitativos y las temáticas que surgen de las tesis y de las disertaciones que tomaron a la UNESCO como objeto y tema de estudio. Como resultado, se indica que la mayoría de las investigaciones adoptan una posición crítica en relación con la agencia internacional y que hay carencia de estudios que aborden directrices y orientaciones para la Educación Primaria y para la Educación Secundaria.

Palabras clave: UNESCO. Estado del conocimiento. Educación. Producción académica.

Introdução

Neste artigo, temos como objetivo contribuir para a reflexão sobre o perfil quantitativo e a incidência de produções que tomam a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como objeto e fonte de pesquisa. Para tanto, apresentamos um mapeamento da produção acadêmica sobre a referida agência internacional no campo do conhecimento da Educação¹. As pesquisas são apresentadas de modo a discutirmos como a temática é abordada e explicitarmos possíveis lacunas a serem supridas em estudos futuros.

A sistematização dos dados sobre a produção acadêmica, denominada de “estado do conhecimento”², toma como objeto as teses e as dissertações sobre a Unesco, produzidas em cursos de Pós-Graduação em Educação no Brasil, entre o período de 2008 e 2016. Esse recorte temporal emergiu dos próprios dados de pesquisa, visto que, no levantamento realizado nos repositórios digitais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia (IBICT), não foi definido um período temporal específico. Assim, consideramos todas as pesquisas sobre a Unesco, produzidas na área da Educação que integravam os citados repositórios. Por isso, justificamos a adoção do referido período.

Como procedimento para o levantamento do material empírico, utilizamos os descritores: “Unesco” e “Organismos Internacionais”. O material selecionado, constituído por 21 pesquisas, sendo 12 dissertações e nove teses, pertence ao campo do conhecimento da Educação e apresenta a palavra “Unesco” nos títulos, nos resumos e/ou nas palavras-chave das teses e das dissertações.

Com o intuito de colaborarmos para que pesquisadores se apropriem dos elementos necessários sobre a temática, o inventário das pesquisas contextualiza o objeto e a fonte de estudo, de modo a fornecer um panorama geral sobre as contribuições e a relevância das pesquisas para o campo da Educação. A organização do artigo contempla duas seções. Na primeira, apresentamos

¹ O mapeamento da produção aqui apresentado faz parte de pesquisa mais ampla com o apoio da Fundação Araucária (FA)/ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) - Código de Financiamento 001.

² Estado do conhecimento é uma metodologia de sistematização de pesquisas científicas de um determinado campo ou área de estudo, tendo como objetivo o mapeamento, a categorização e a reflexão crítica sobre os dados nelas evidenciados. No estado do conhecimento, é realizado o inventário de pesquisas, descrição da produção “[...] acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado” (FERREIRA, 2002, p. 258).

a Unesco e, em diálogo com a categoria teórica “sociedade civil” de Antonio Gramsci, problematizamos as iniciativas da Unesco na área da Educação, realizadas em diferentes países, notadamente aqueles com os quais a agência mantém relações ou acordos internacionais. Na segunda seção, apresentamos dados relacionados à produção acadêmica sobre a Unesco, com foco na identificação nas regiões de procedência de tais pesquisas, das temáticas nelas recorrentes e nos recortes temporais.

Por fim, indicamos que as pesquisas sobre a Unesco buscam explicitar as orientações da agência para a Educação, os projetos desenvolvidos na área e as recomendações de políticas educacionais que contemplam as diferentes etapas da Educação, com destaque para a Educação Infantil. Ressaltamos, ainda, que a maioria das pesquisas adotou um posicionamento crítico em relação às diretrizes ou às orientações, em busca de problematizá-las.

Em relação aos procedimentos éticos que orientaram a pesquisa, ressaltamos o compromisso das autoras com os princípios e os procedimentos éticos da pesquisa, conforme proposto pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), os quais se fizeram presentes desde a tessitura das primeiras indagações que deram origem ao projeto de pesquisa, até a interpretação, a análise e a publicização dos resultados obtidos. Para isso, antes de tudo, o estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa e recebido parecer favorável à sua realização³. Além disso, reafirmamos o respeito aos valores que orientam a pesquisa, com destaque para o compromisso com o benefício individual, social e coletivo da investigação, o qual tem como “[...] princípio fundante a dignidade da pessoa humana” (MAINARDES; CURY, 2019, p. 27). Além desse princípio fundante, outros se fizeram basilares no transcorrer investigativo: respeito aos direitos humanos, honestidade, transparência, valores democráticos, justiça, igualdade e responsabilidade social, conforme apontados por Mainardes e Cury (2019).

Unesco: orientações, diretrizes, iniciativas para a área da Educação e influências na definição de políticas educacionais

A Unesco é uma das 15 agências especializadas da Organização das Nações Unidas (ONU), cuja fundação ocorreu no ano de 1945, durante a conjuntura pós II Guerra Mundial, período em que o mundo estava imerso em crises econômicas, políticas e sociais. A criação da agência é parte do esforço da comunidade internacional para reorganizar a Educação e os sistemas educativos nos países afetados pela guerra e realinhar o ensino de modo a contemplar a paz e a tolerância entre os povos, conforme preconiza a Constituição da Unesco⁴, a qual passou a vigorar no ano de 1946:

Os Governos dos Estados partes desta Constituição, em nome de seus povos, declaram:
Que uma vez que as guerras se iniciam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que devem ser construídas as defesas da paz;
Que, através da história da raça humana, foi a ignorância sobre as práticas e sobre as vidas uns dos outros uma causa comum da suspeita e da desconfiança entre os povos do mundo, através das quais suas diferenças com enorme frequência resultaram em guerras;
[...]
Que a ampla difusão da cultura, e da educação da humanidade para a justiça, para a liberdade e para a paz são indispensáveis para a dignidade do homem, constituindo um

³ O texto aqui apresentado faz parte do percurso metodológico para desenvolvimento de pesquisa de Doutorado intitulada *A relação de forças entre a Unesco e o Movimento Estudantil e sua materialização na Reforma do Ensino Médio através da Lei N° 13.415/2017* (BOUTIN, 2020), tendo recebido Parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa (Parecer N° 3.184.336).

⁴ A Constituição da Unesco foi ratificada pelos seguintes Estados: Arábia Saudita, Austrália, Brasil, Canadá, Checoslováquia, China, Dinamarca, Egito, Estados Unidos da América, França, Grécia, Índia, Líbano, México, Noruega, Nova Zelândia, República Dominicana, Reino Unido, África do Sul e Turquia.

dever sagrado, que todas as nações devem observar, em espírito de assistência e preocupação mútuas;

Que uma paz baseada exclusivamente em arranjos políticos e econômicos dos governos não seria uma paz que pudesse garantir o apoio unânime, duradouro e sincero dos povos do mundo, e que, portanto, a paz, para não falhar, precisa ser fundamentada na solidariedade intelectual e moral da humanidade. (UNESCO, 2002, p. 2).

O propósito da Unesco é “[...] contribuir para a paz e para a segurança, promovendo colaboração entre as nações através da educação, da ciência e da cultura, para fortalecer o respeito universal pela justiça, pelo estado de direito, e pelos direitos humanos e liberdades fundamentais [...]” (UNESCO, 2002, p. 2). Nesse sentido, a Unesco dispõe-se a:

(a) Colaborar no trabalho de fazer avançar o conhecimento e o entendimento mútuos entre os povos, através de todos os meios de comunicação de massa, e com esse objetivo recomendar aqueles acordos internacionais que possam ser necessários para promover o livre fluxo de ideias, através da palavra e da imagem;

(b) Oferecer impulso renovado à educação popular e disseminação da cultura:

Colaborando com os Membros, mediante solicitação deles, no desenvolvimento de atividades educacionais; Instituinto a colaboração entre as nações para fazer avançar o ideal da igualdade de oportunidades educacionais, sem levar em consideração raça, sexo ou quaisquer distinções, de natureza econômica ou social;

Sugerindo os métodos educacionais mais adequados à preparação as crianças do mundo para as responsabilidades da liberdade;

(c) Manter, expandir e difundir o conhecimento:

Garantindo a conservação e a proteção do legado mundial de livros, obras de arte e monumentos de história e de ciência, recomendando as convenções internacionais necessárias às nações envolvidas;

Estimulando a cooperação entre as nações em todos os ramos de atividade intelectual, incluindo o intercâmbio internacional de pessoas ativas nos campos da educação, da ciência e da cultura, além do intercâmbio de publicações, objetos de interesse artístico e científico, bem como outros materiais de informação;

Desencadeando métodos de cooperação internacional calculados para dar aos povos de todos os países acesso a material impresso e publicado, produzido por qualquer um deles. (UNESCO, 2002, p. 2-3).

Os objetivos, as recomendações e as disposições da Unesco para a Educação priorizam o acesso ao conhecimento, como estratégia para a igualdade entre os povos, a consolidação e a manutenção da paz. Aliás, a noção de paz foi amplamente explorada e incorporada nas Conferências Gerais, nos documentos e nos programas para a Educação, de modo com que se construísse uma “imagem simbólica em favor da paz”, conforme constatou Gomide (2012, p. 225). De acordo com a autora, as recomendações da Unesco são fundamentadas em valores éticos, cívicos, culturais e humanitários, sendo incorporados em documentos para a Educação produzidos pela agência.

Gomide (2012, p. 211) alerta que esses documentos indicaram, historicamente, “[...] novas formas de pensar e agir, resultantes de múltiplas determinações, articuladas entre o contexto social, político e econômico”, conferindo à educação a incumbência de auxiliar para a eliminação das desigualdades sociais e para a construção da paz. Sob esse ponto de vista, a defesa da paz contribui para abrandar a luta de classes, apaziguar os sujeitos e manter a hegemonia da classe dominante.

A perspectiva da paz, posta em tela no discurso da Unesco, não considera a revolução social ou o rompimento com o atual modelo de sociedade; ao contrário, os pressupostos sobre os quais se inscrevem o ideário da paz visam o conformismo e uma pretensa harmonia entre homens e mulheres, a qual não poderá existir em uma sociedade dividida em classes sociais, em que paira a desigualdade, a miséria, o acesso restrito a direitos sociais e a exploração do homem pelo homem.

Na composição desse quadro, é importante debatermos sobre a influência dos organismos internacionais, na “[...] difusão de normas e saberes técnicos ao redor do mundo, acrescentando informações que podem influenciar a tomada de decisões nos Estados nacionais no que diz respeito às mais diversas políticas públicas” (CARVALHO; FERNANDES; FARIA, 2021, p. 28). Entre as políticas públicas que sofrem influências dos organismos internacionais, destacamos a Educação, área que possui, na perspectiva do Banco Mundial, papel estratégico no acúmulo de capital humano, na minimização e na administração da pobreza e do incremento econômico (LEITE; BORGES; FAUSTINO, 2021). Para a Unesco (2020, p. 6), a educação é orientada pelos mesmos pressupostos, pois é dotada de “[...] enorme potencial para questionar e transformar as relações, normas e práticas sociais”. Destacamos que tais transformações não buscam a eliminação definitiva das desigualdades sociais; ao contrário, elas se alinham à manutenção da hegemonia do modo de produção capitalista.

Tomando como referências as iniciativas dos organismos internacionais na composição de políticas públicas, em especial na área da Educação, é essencial retomarmos a categoria gramsciana “sociedade civil”. A partir dessa categoria, é possível compreendermos a Unesco como um organismo privado de hegemonia, vinculado à sociedade civil internacional, cujas concepções de mundo cimentam ideologias e projetos societários que se tornam globalizados. De acordo com Gramsci (2016, p. 121), a sociedade civil é uma “trama privada do Estado” e, sendo representada por segmentos religiosos, políticos e culturais, agrega em torno de si interesses que universalizam projetos que confluem com a hegemonia da classe dominante.

De acordo com Coutinho (2007, p. 128), é no âmbito da sociedade civil que “[...] as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, ganhar aliados para suas posições mediante a direção política e o consenso”. Isso ocorre por meio da persuasão, da difusão e da inculcação de ideias, as quais, para Gramsci (2016, p. 83), “[...] não nascem espontaneamente no cérebro de cada indivíduo”, visto que “[...] tiveram um centro de formação [...]”, no qual “[...] um grupo de homens ou até mesmo uma individualidade [...]” as elaborou e apresentou na forma política de atualidade.

Para Nogueira (2003, p. 224), a sociedade civil “[...] aparece como um espaço onde são construídos projetos globais de sociedade”, situando-se em uma perspectiva de Estado ampliado conforme a concepção gramsciana. É assim que o “[...] Estado e a sociedade civil se identificam na realidade dos fatos” (GRAMSCI, 2016, p. 47), compondo a síntese: “Estado = sociedade política + sociedade civil” (GRAMSCI, 2016, p. 248).

Para manter sua hegemonia, o Estado, situa-se como “[...] ordenador da ideologia que empresta o cimento mais íntimo à sociedade civil” (GRAMSCI, 2014, p. 375), controlando e influenciando não apenas no campo político, mas também no econômico, cultural e ideológico. Assim, as iniciativas do Estado moderno compreendem a “[...] multiplicidade dos organismos da sociedade civil, onde se manifestam a livre iniciativa dos cidadãos, seus interesses, suas organizações, sua cultura, seus valores, e onde praticamente se enraízam as bases da hegemonia” (SEMERARO, 1999, p. 75).

A produção do consenso é uma estratégia para a manutenção da hegemonia. Por isso, o Estado “educa” o “[...] consenso através dos [...] organismos privados, deixados à iniciativa da classe dirigente” (GRAMSCI, 2016, p. 121). Esse consenso é fundamental para que as iniciativas políticas sejam aceitas pela maioria, ganhem adesão e materialidade em toda a sociedade. Para que o consenso seja amplamente difundido, os organismos privados de hegemonia, alinhados em torno de uma mesma perspectiva, organizam-se em diferentes espaços físicos ou geográficos, globalizando ideias e concepções de mundo.

De acordo com Guimarães (2021, p. 3), ao “[...] criar condições para o estabelecimento de diálogo entre os estados-membros e para a aprovação de documentos políticos diversos”, a Unesco tem “[...] estabelecido condições para a existência de consensos políticos e para a transferência política para países que adotam [...]” seus programas. Desse modo, abre-se espaço para a criação de consensos. É assim que a dinâmica de intervenção da agência se faz presente na educação no âmbito mundial, sendo mediatizada por escritórios sediados em diferentes países, os quais auxiliam na difusão das concepções de mundo, descentralização de ações e de projetos, desenvolvidos pela agência e ainda para a sua aproximação com os países membros (CASTRO, 2005). Para Castro (2005, p. 95), a abertura dos escritórios da Unesco, também chamados de *hors sièges* (unidade fora da sede), “[...] deve ser lida no contexto de disputas internacionais por espaços e pela afirmação de um projeto político, ou em termos atuais, na disputa por uma cosmovisão”.

A atuação descentralizada da Unesco revela que o econômico não está desvinculado do político. Assim, a ampliação do ramo de ação da agência pode ser lida como uma estratégia determinante das relações sociais, na medida em que os ideais, os pressupostos e as concepções, os quais inspiram o desenvolvimento de políticas e de programas, partem de um centro aglutinador da ideologia dominante e se ramificam para outras localidades (sob a forma de escritórios ou sedes), ganhando força social e política e adesão popular, formando uma subjetividade que reforça a sociedade de classes. Além da abertura de escritórios, a influência da Unesco tornou-se um processo globalizado por meio da realização de parcerias com entidades, sobre as quais Evangelista (1999) tece as seguintes considerações:

[...] a UNESCO desde o início de suas atividades, relaciona-se, também, com empresas privadas, com as ONGs [Organizações não Governamentais] ligadas às mais diversas temáticas e às necessidades de diferentes grupos e setores de uma sociedade mundial a ser reconstruída material, educacional e culturalmente. Tudo isso encontra ressonância na UNESCO e em suas preocupações com a universalidade, entendida com frequência de forma quantitativa, conforme sua abrangência e atuação no mundo, para o qual deve difundir o projeto técnico e científico da civilização ocidental, objetivo também daquelas empresas. (EVANGELISTA, 1999, p. 37).

Esse quadro permite compreender a Unesco como um “[...] agente dinâmico na construção da hegemonia mundial, entendida no sentido gramsciano de direção intelectual e moral” (EVANGELISTA, 1999, p. 28), a qual, conforme Maues (2021), não está descolada das perspectivas de uma agenda global de educação posta pelos demais organismos internacionais. Desse modo, as parcerias realizadas com os demais organismos internacionais, empresas, escritórios locais e demais entidades da sociedade civil, colocam em relevo o vínculo da agência com os interesses econômicos e políticos dos países que detêm o controle do processo hegemônico globalmente.

Tendo em vista essa dinâmica de funcionamento e de intervenção, é possível caracterizarmos a Unesco como sociedade civil internacional, sendo hegemônica no estabelecimento de orientações para a área da Educação no âmbito mundial. Essa influência tende a padronizar formas de pensar ou concepções de mundo, na medida em que a agência prioriza ações específicas, concentradas em determinadas áreas e temáticas da Educação, sugerindo currículos, projetos e políticas educacionais. Com isso, a Unesco contribui para a implementação de suas ideias e de suas perspectivas para a educação em diferentes níveis ou modalidades.

A “direção intelectual e moral” (GRAMSCI, 2015, p. 62), presente nas orientações da Unesco, não ocorre de forma isolada, sendo viabilizada em parcerias realizadas com outras instituições da sociedade civil e com as demais agências internacionais. Estas, com ramos de ação específicos, atuam de modo a unificar as massas em um projeto social cerceador das liberdades de pensar e de agir, pois, como afirma Gramsci (2014, p. 399), “[...] toda relação de hegemonia é,

necessariamente, uma relação pedagógica”, a qual “[...] se verifica não necessariamente no interior de uma nação, entre diversas forças que a compõe, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais”.

As ações circunscritas às áreas da Educação, da Ciência e da Cultura conferem à Unesco o *status* de organismo privado de hegemonia, o qual, ao mesmo tempo em que contribui para a difusão de um corpo de princípios e de valores, também direciona para a realização de iniciativas que se alinham às concepções de mundo dos países que estiveram ao seu lado desde o momento de sua inauguração. A representação da Unesco em território brasileiro foi formalizada no ano de 1982, por meio do Decreto Nº 87.522, de 25 de agosto (BRASIL, 1982), no qual foi firmado um “[...] acordo de Cooperação Técnica em Matéria Educacional, Científica e Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Ciência e Cultura” (GOMIDE, 2012, p. 41). Nesse acordo, a agência comprometia-se em prestar consultoria e apoiar iniciativas nos campos da Educação, da Ciência e da Cultura, e o governo brasileiro dispunha-se a viabilizar recursos financeiros para o desenvolvimento das ações (GOMIDE, 2012).

Desde o início das atividades da Representação no Brasil, a agência vem operacionalizando “[...] políticas públicas que estejam em sintonia com as estratégias acordadas entre os Estados Membros da UNESCO” (REPRESENTAÇÃO DA UNESCO NO BRASIL, 2018). As ações desenvolvidas são norteadas por objetivos estratégicos, traçados para um período de dois anos, os quais contemplam as áreas da Educação, das Ciências Naturais, das Ciências Humanas e Sociais e da Cultura (REPRESENTAÇÃO DA UNESCO NO BRASIL, 2018)

Souza e Lara (2014) tecem as seguintes considerações sobre as iniciativas desenvolvidas pela Unesco no Brasil:

A UNESCO acredita que, no Brasil, os direitos humanos são violados, porque há insegurança, desigualdade social, racial e étnica, pobreza, carência na educação, saúde, renda e emprego. A agência acredita que pode auxiliar na transformação da sociedade brasileira por meio de discussões, seminários, oficinas, materiais, programas e projetos nas áreas cultural, esportiva e de lazer, como forma de atender ao contexto do país no campo social. (SOUZA; LARA, 2014, p. 149).

As iniciativas, realizadas nas áreas apontadas pelas autoras, ocorrem mediante o estabelecimento de parcerias com setores governamentais, como Secretarias de Educação Municipais e Estaduais, parlamentares, entre outros, e, também, com a sociedade civil, com destaque para ONGs, universidades, clubes e associações. Essas parcerias, que são estabelecidas em “rede”, cooperam para a execução de projetos e de programas nas regiões ou países que a Unesco possui campo de ação (UNESCO, 2014). No caso da representação da Unesco, no Brasil, os parceiros são representados pelas: Escolas Associadas da Unesco (*Associated Schools Project Network – ASPnet*); Bibliotecas depositárias; Celebidades da Unesco; Clubes e Associações para a Unesco; Comissão Nacional para a Unesco; Comunidades especializadas; Delegação Permanente do Brasil junto à Unesco; Órgãos governamentais no Brasil, ONGs e fundações; parlamentares, Redes UNITWIN e Cátedras da Unesco; e iniciativas do setor privado e Sistema ONU e Organismos Internacionais (REPRESENTAÇÃO DA UNESCO NO BRASIL, 2018).

É importante destacarmos que as parcerias não se realizam somente com segmentos ou entidades diretamente ligadas ao capital, como empresários ou mesmo com governantes, mas também com segmentos, pessoas, instituições educativas, quer dizer, com organizações da sociedade civil, o que coloca em relevo a centralidade da Unesco na “luta pela hegemonia”. Nessa luta, a agência busca ampliar seu campo de ação na economia, na política e na cultura, de modo que seus ideais, seus projetos e seus valores ganhem capilaridade e tornem-se hegemônicos.

Na educação brasileira, houve a ampliação da interferência da Unesco a partir do ano de 1992, quando a agência assinou um acordo com o Ministério da Educação (MEC), o qual visava a realização de projetos, comprometidos com cinco áreas temáticas: Educação, Ciências Naturais, Ciências Sociais, Cultura, Comunicação e Informação (UNESCO, 2006). De acordo com Costa e Vianna (2018), nessa conjuntura, as pedagogias alinhadas aos quatro pilares da educação, presentes no documento *Educação um tesouro a descobrir*, de Jacques Delors *et al.* (1996), começaram a ganhar dimensão no Brasil. O documento em questão sistematiza as discussões da “Conferência Mundial de Educação para Todos” de 1990, conferindo ênfase ao papel social da educação, conforme revela este fragmento:

Ante os múltiplos desafios do futuro, a educação surge como um trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social. Ao terminar os seus trabalhos a Comissão faz, pois, questão de afirmar a sua fé no papel essencial da educação no desenvolvimento contínuo, tanto das pessoas como das sociedades. Não como um “remédio milagroso”, não como um “abre-te sésamo” de um mundo que atingiu a realização de todos os seus ideais, mas entre outros caminhos e para além deles, como uma via que conduza a um desenvolvimento humano mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões, as guerras. (DELORS *et al.*, 1996, p. 11).

O documento intitulado *Educação um tesouro a descobrir* reafirma os princípios nos quais a Unesco compreende a educação como um mecanismo eficaz para o enfrentamento das manifestações das desigualdades, para apaziguar os conflitos e estabelecer a justiça e a paz em toda a sociedade. Nesse documento, a educação seria realizada com base em quatro pilares: “aprender a conhecer”, “aprender a fazer”, “aprender a viver juntos” e “aprender a ser” (DELORS *et al.*, 1996). Para Costa e Vianna (2018, p. 48), as pedagogias fundamentadas no relatório Delors orientam o desenvolvimento de iniciativas para formar cidadãos em acordo com as demandas do capital, impondo uma lógica instrumental calcada na adequação ao “mercado de trabalho e de consumo”.

As orientações da Unesco partem da necessidade de levar conhecimentos aos povos menos desenvolvidos (leia-se nos aspectos econômicos e culturais). A educação, orquestrada sobre esse viés, assume uma função civilizadora que ilumina e leva o progresso a países considerados “atrasados”, pois, conforme Gramsci (2001, p. 19) argumenta, o “[...] país que possuir a melhor capacitação para construir instrumentos destinados aos laboratórios dos cientistas e para construir instrumentos que verifiquem esses instrumentos, este país pode ser considerado o mais complexo no campo técnico-industrial, o mais civilizado”.

O grau de civilidade de um povo, ou nação, na concepção da agência, é mensurado pela sua capacidade de adequar-se às imposições culturais, econômicas e políticas postas pelo capitalismo. A cultura e o modo de ver e de relacionar-se com o mundo, dos ditos “menos desenvolvidos”, são ignorados em face da criação de “[...] novos e mais elevados tipos de civilização” (GRAMSCI, 2016, p. 23), conformados e alinhados ao “[...] contínuo desenvolvimento do aparelho econômico da produção” (GRAMSCI, 2016, p. 23).

Sob esse escopo ideológico, a definição de objetivos globais para a Educação, a Ciência e a Cultura aparece circunscrita à intensão da formação de novas subjetividades, possibilitando a atuação da Unesco como centro “intelectual e moral” que viabiliza a criação do consenso necessário para a manutenção de sua hegemonia na sugestão de ações para os campos apontados. Nesse sentido, o controle que é realizado via “direção intelectual e moral” (GRAMSCI, 2015, p. 62) é um mecanismo para a homogeneização de um “modo de pensar e agir” (GRAMSCI, 2014, p. 94), que camufla o domínio e as relações de exploração aos quais a classe trabalhadora está submetida no atual modo de produção.

Ao exercer hegemonia em nível mundial em relação às orientações circunscritas às áreas da Educação, da Ciência e da Cultura, a Unesco pode ser identificada como um aparelho privado de hegemonia, portanto de sociedade civil com influência internacional. Para Fontana (2003, p. 113), a “sociedade civil internacional” estrutura-se sobre uma base global de poder e de consenso, mediada pelo desenvolvimento da unidade cultural, que é essencial para a manutenção da hegemonia burguesa. Para o autor, a hegemonia burguesa utiliza as seguintes estratégias para a manutenção do domínio: “1) o desenvolvimento de uma sociedade civil internacional; 2) o aburguesamento do mundo da expansão do capitalismo e seus mecanismos de mercado para todo o mundo (ou globalização); e 3) fragmentação e desintegração de várias unidades políticas e culturais [...]” (FONTANA, 2003, p. 113).

Sob esse signo, o econômico não está desvinculado do político. A sociedade civil internacional sob a representação da ONU e de suas agências especializadas detém hegemonia no mundo globalizado. Isso se materializa na universalização de uma cultura (alinhada à ideologia dominante) que ganha expressão, projeção e adesão mundial por meio de políticas, de programas para a área da Educação, que se convergem na legitimação de um projeto societário hegemônico.

Considerando o papel desempenhado pela Unesco e a sua influência na educação, na próxima seção é apresentado o estado do conhecimento a respeito da produção acadêmica da área da Educação, cujas pesquisas têm na Unesco um objeto e fonte de estudo.

As pesquisas da área da Educação e o estado do conhecimento sobre a Unesco

Ao debatermos a influência da Unesco na área da Educação, avaliamos a necessidade de identificar a incidência de trabalhos acadêmicos que tomam a agência como fonte e objeto de estudo, tendo em vista que ela se situa no âmbito de sociedade civil internacional, interferindo no curso, nas diretrizes e nas políticas educacionais de diferentes países, inclusive do Brasil. O governo brasileiro assim se posiciona em relação à atuação da referida agência:

No setor de Educação, a principal diretriz da UNESCO é auxiliar os países membros a atingir as metas de Educação para Todos, promovendo o acesso e a qualidade da educação em todos os níveis e modalidades, incluindo a educação de jovens e adultos. Para isso, a Organização desenvolve ações direcionadas ao fortalecimento das capacidades nacionais, além de prover acompanhamento técnico e apoio à implementação de políticas nacionais de educação, tendo sempre como foco a relevância da educação como valor estratégico para o desenvolvimento social e econômico dos países. (BRASIL, 2018, n.p.).

Tendo em vista a notada influência da agência na área referenciada, os trabalhos acadêmicos têm buscado identificar a presença da Unesco na área da Educação, considerando seus diferentes níveis, suas determinações e suas ações implementadas, como o desenvolvimento de projetos e de programas educacionais, entre outros. Neste artigo, buscamos contribuir para o estabelecimento do perfil quantitativo das produções, vinculadas aos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil, que tomam a Unesco como objeto de pesquisa, de reflexão e de debate.

O levantamento do material empírico foi realizado nos repositórios digitais da Capes e do IBICT. Como procedimento para a triagem das pesquisas, foram utilizados os descritores: “Unesco” e “Organismos Internacionais”. Não foi estabelecido um recorte temporal específico. A seleção centrou-se em pesquisas oriundas do campo da Educação que traziam a Unesco em seus títulos, em seus resumos, e/ou em suas palavras-chave. Foram localizadas 21 pesquisas, dentre as

quais 12 constituem dissertações e nove teses⁵, produzidas entre os anos de 2008 e 2016. No Quadro 1, ilustramos os procedimentos adotados para o levantamento dos dados da pesquisa.

Quadro 1 – Procedimentos adotados para o levantamento do material empírico para a pesquisa

1	2	3
Triagem de trabalhos acadêmicos nos repositórios da Capes e do IBICT.	Definição dos seguintes critérios de trabalhos: a) vínculo ao campo do conhecimento da Educação; b) presença do descritor “Unesco” no título, no resumo e/ou nas palavras-chave.	Total de trabalhos selecionados: Dissertações = 12. Teses = 9.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados da pesquisa.

Após o levantamento do material empírico, procedemos à análise e à categorização das pesquisas. Para tanto, foi realizada a leitura e o fichamento dos trabalhos selecionados. A sistematização do fichamento ocorreu com base nas regiões de procedência das pesquisas, na incidência das palavras-chave que mais se repetiam, nos objetivos, nos temas, na pergunta de partida, na metodologia e nos principais resultados. No Quadro 2, ilustramos esses procedimentos adotados para o tratamento dos dados da pesquisa.

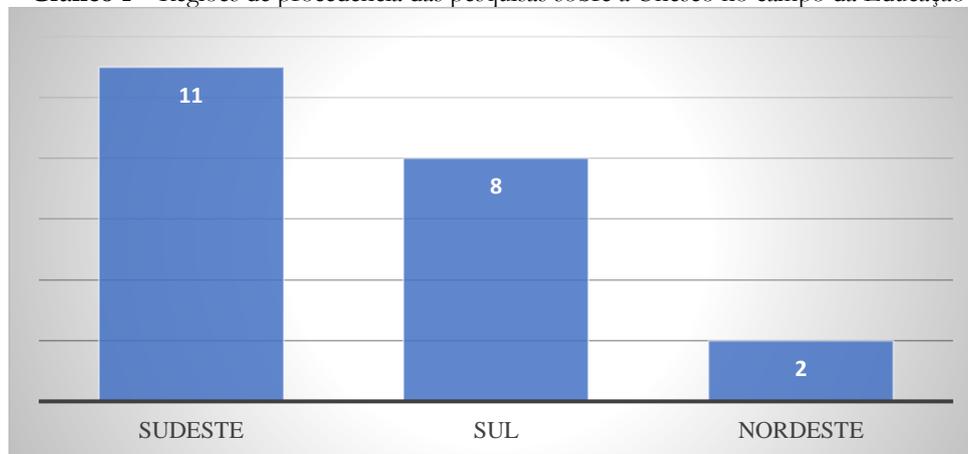
Quadro 2 – Tratamento de dados da pesquisa

1	2
Leitura e fichamento dos trabalhos selecionados.	Sistematização dos trabalhos com base nos seguintes critérios: a) região de procedência; b) palavras-chave em comum; c) objetivos; d) temáticas. e) pergunta de partida; f) resultados.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados da pesquisa.

Essas informações contribuíram para a identificação de temáticas predominantes e os elementos que se aproximavam ou se distanciavam da atuação da Unesco na área da Educação. Constatamos que a maioria das pesquisas levantadas procede da região Sudeste, conforme podemos observar no Gráfico 1 a seguir, com destaque para o Estado de São Paulo.

Gráfico 1 – Regiões de procedência das pesquisas sobre a Unesco no campo da Educação



Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados da pesquisa.

⁵ Ver as referências dos trabalhos pesquisados no Apêndice deste artigo.

As pesquisas sobre a Unesco na área da Educação fazem-se presentes em universidades situadas em três das cinco regiões brasileiras. No Sudeste, concentram-se 11 pesquisas, das quais oito são oriundas de universidades paulistas, duas de instituições mineiras e uma está vinculada a uma instituição carioca. Na região Sul, foram produzidos oito trabalhos e, na região Nordeste, dois. Em se tratando da região Sul, o Paraná foi o Estado de maior destaque, com sete trabalhos, pois Santa Catarina produziu apenas uma pesquisa. Nas universidades nordestinas, foram produzidos estudos nos estados da Bahia e da Paraíba.

No que se refere ao período em que essas pesquisas foram produzidas, destacamos que, a partir do ano de 2013, há uma curva crescente. As informações referentes à produção anual das pesquisas sobre a Unesco na área da Educação encontram-se contempladas no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Produção anual de pesquisas sobre a Unesco na área da Educação



Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados da pesquisa.

No que se refere às temáticas abordadas, embora a maioria das discussões ou das reflexões desenvolvidas esteja relacionada à educação, as pesquisas são bastante variadas, sendo constituídas por temas como Educação Infantil, formação docente, educação e diversidade, educação não formal. Tomando como referência esse achado, foram agrupadas as pesquisas que se aproximavam em relação aos temas ou aos conteúdos abordados, objetivando, a partir disso, estabelecer categorias temáticas, conforme sistematização do Quadro 3 que segue.

Quadro 3 – Categorias e temáticas levantadas nas pesquisas sobre a Unesco

Categorias	Temáticas inseridas na categoria	Dissertações	Teses	Total
Educação não formal	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Orientações da Unesco para políticas de educação não-formal. ➤ Programas de educação não formal desenvolvidas pela Unesco. ➤ Agenda temática da Unesco para a educação popular. 	2	1	3
Educação de Jovens e Adultos	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Diretrizes da Unesco para a elaboração de políticas de integração de tecnologias na Educação de Jovens e Adultos. ➤ Orientações dos organismos internacionais, especialmente da Unesco, na formulação e na implementação de políticas educacionais para a Educação de Jovens e Adultos. 	1	1	2
Juventude	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Orientações da ONU e da Unesco para as políticas de juventude no Brasil. ➤ Recomendações da Unesco para a política nacional de juventude. 	2	0	2
Educação Infantil	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Orientações da Unesco para a Educação Infantil. ➤ Concepções que orientam as diretrizes da Unesco para a Educação Infantil. ➤ Orientações da Unesco para a primeira infância. 	1	2	3

Categorias	Temáticas inseridas na categoria	Dissertações	Teses	Total
Formação docente	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Orientações da Unesco para a formação de professores no Ensino Superior. ➤ Recomendações da Unesco para a formação docente no período de 1945 a 1990. ➤ Influência da Unesco em políticas de formação de professores dos anos 2000. 	1	2	3
Educação e diversidade	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Diretrizes da Unesco ao tratamento do racismo. ➤ Expressões culturais presentes em convenções da Unesco. ➤ A diversidade e a tolerância em relatórios da Unesco. 	1	2	3
Concepção de educação	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Concepção de educação na perspectiva da Unesco. 	1	0	1
Educação Sexual	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Propostas da Unesco para a Educação Sexual. 	1	0	1
Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Propostas da Unesco para a educação do desenvolvimento sustentável. 	1	0	1
Ensino Superior	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Demandas do Ensino Superior na perspectiva da Unesco e do Banco Mundial. 	1	0	1
Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Diretrizes da Unesco para o uso de TICs na Educação. 	1	0	1
Total		13	8	21

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados da pesquisa.

As categorias temáticas que compõem as pesquisas sobre a Unesco concentram trabalhos cujos temas são: “Educação não formal”, “Educação de Jovens e Adultos”, “Juventude” e “Educação Infantil”, “Formação docente”, “Educação e diversidade”, “Concepção de educação”, “Educação Sexual”, “Educação Ambiental”, “Ensino Superior”, “Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs)”.

Os trabalhos que abordam sobre “Educação não formal” concentram-se em discussões sobre as recomendações da Unesco para a definição de políticas de educação não formal, programas de educação não formal desenvolvidos e implementados pela agência e sobre a sua agenda temática para a educação popular.

Na categoria “Educação de Jovens e Adultos”, o foco são as diretrizes da Unesco para a elaboração de políticas de integração de tecnologias na Educação de Jovens e Adultos, bem como as suas orientações e dos organismos internacionais para uma política nacional de Educação de Jovens e Adultos. Na categoria “Juventude”, as pesquisas concentram-se em debater as orientações da Unesco para as políticas de juventude no Brasil.

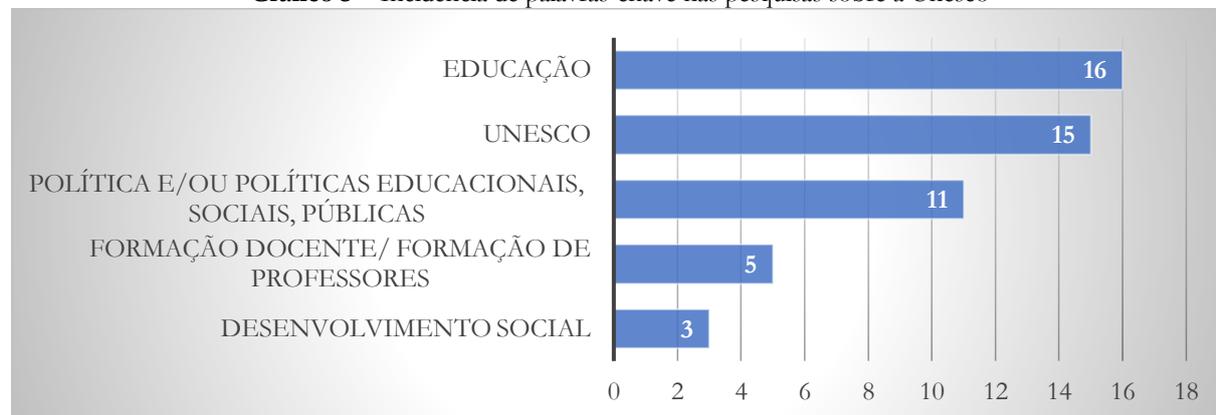
As pesquisas agrupadas na categoria “Educação infantil” abordaram as orientações e/ou as determinações da Unesco para essa etapa da Educação Básica e sobre as concepções que amparam tais orientações. Na categoria “Formação docente”, o debate é sobre as orientações ou as recomendações da Unesco para a formação docente e as políticas de formação docente em diferentes conjunturas. Já os trabalhos que versam sobre “Educação e diversidade” sistematizam as diretrizes presentes em normativas e documentos da Unesco, no que se refere ao racismo, à tolerância e à diversidade étnica.

As categorias “Educação Sexual” e “Educação Ambiental” organizam-se no objetivo de desvelar as propostas da Unesco para a Educação Sexual em escolas públicas e para a educação e o desenvolvimento sustentável. Na categoria “Ensino Superior”, foi possível conhecer as demandas para o Ensino Superior na perspectiva da Unesco e do Banco Mundial. Por fim, na

pesquisa sobre “Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)”, debateu-se sobre as diretrizes da Unesco para o uso das TICs na educação pública.

O levantamento de palavras-chave possibilitou que elementos comuns e particularidades fossem evidenciados. Tais dados estão sistematizados no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Incidência de palavras-chave nas pesquisas sobre a Unesco



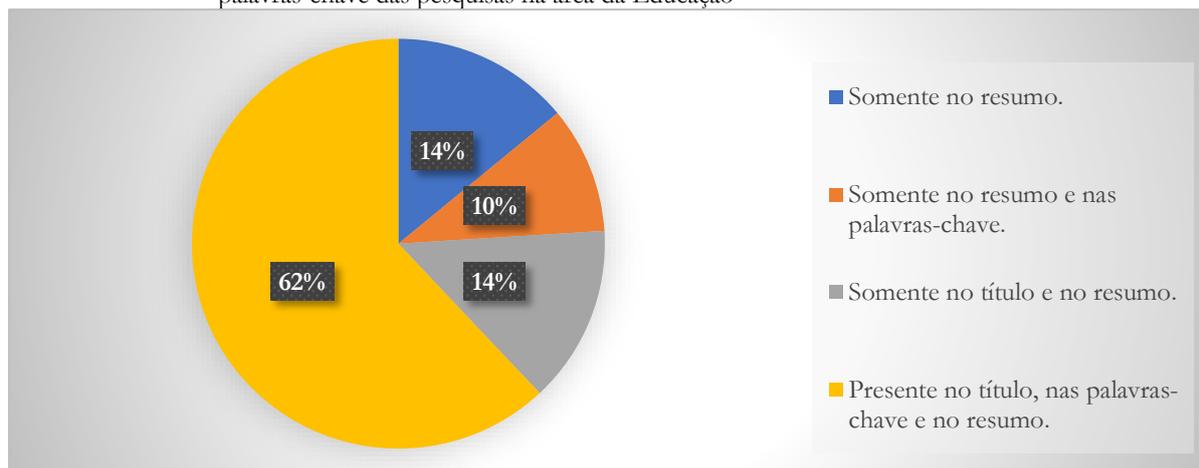
Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados da pesquisa.

A palavra-chave “Educação” foi identificada em 16 dos 21 trabalhos que compõem esta revisão de literatura. Embora pertençam à área da Educação e os debates realizados direta ou indiretamente se relacionem à educação, destacamos a ausência dessa palavra-chave em cinco pesquisas. A palavra “Unesco” contemplou as palavras-chave de 15 pesquisas. É possível explicar a ausência da referida palavra em seis estudos, porque a seleção de trabalhos considerou aqueles que continham a palavra Unesco nos títulos, nos resumos ou nas palavras-chave.

Outra palavra com grande incidência nas pesquisas sobre a Unesco foi “política”, a qual ocorreu em referência às políticas educacionais, políticas públicas, políticas sociais e políticas públicas. Os 11 trabalhos que contemplaram tais palavras analisaram as orientações e as diretrizes da Unesco para as políticas mencionadas, destacando o seu impacto, tanto na formação de professores, crianças e jovens como também na sociedade. As palavras “formação docente/formação de professores” marcaram presença em cinco pesquisas e “desenvolvimento social” em três, estando esta última relacionada às contribuições ou aos impactos das orientações da Unesco no desenvolvimento social, econômico e humano.

Quanto à incidência da palavra “Unesco” nos títulos, nos resumos e nas palavras-chave das pesquisas, o Gráfico 4, a seguir, traz as informações.

Gráfico 4 – Incidência da palavra “Unesco” nos títulos, nos resumos e nas palavras-chave das pesquisas na área da Educação



Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados da pesquisa.

A palavra Unesco esteve presente, simultaneamente, no título, nas palavras-chave e no resumo em 62% das pesquisas; somente no resumo esteve em 14% dos trabalhos; apenas no título e no resumo em 14%; e somente no resumo e nas palavras-chave em 10%. Não evidenciamos a presença da palavra “Unesco” apenas nos títulos das pesquisas sem ocorrer nos resumos ou nas palavras-chave, ou somente nas palavras-chave sem estar presente nos resumos ou nos títulos das pesquisas.

De modo geral, as teses e as dissertações sobre a Unesco pontuaram a influência da agência na educação, destacando as suas orientações, os seus projetos desenvolvidos na área e as recomendações de políticas educacionais que contemplam as diferentes etapas da educação, com destaque para a Educação Infantil. A maioria das pesquisas analisadas adotou um posicionamento crítico em relação às diretrizes ou às orientações da Unesco, em busca de problematizá-las e desvelar os interesses que se ocultam ou se explicitam por trás delas.

Essas pesquisas, portanto, corroboram a reflexão de que a Unesco, como sociedade civil internacional, não está descolada de um projeto que visa à disseminação de uma educação que contribui para a hegemonia capitalista. As orientações propostas para a área adotam a perspectiva de que a solução das desigualdades sociais passa pela universalização de uma educação promotora do desenvolvimento econômico e não da superação das contradições presentes na sociedade de classes, pois isso requer a superação do modo de produção capitalista. O projeto de educação defendido pela Unesco objetiva apenas amenizar os problemas sociais e não atacar a sua raiz: o modo de produção capitalista.

Observamos, ainda, que há carência de pesquisas sobre o Ensino Fundamental e sobre o Ensino médio, pois, conforme a Representação da Unesco no Brasil (2013, p. 8) destaca, “[...] ao longo dos últimos anos, a UNESCO realizou diversos estudos sobre o ensino médio na América Latina, a fim de contribuir com a construção coletiva de um modelo educacional que responda às transformações científica, econômica, social e tecnológica”. No que se refere ao Ensino Fundamental, a Unesco (2006) ressalta o seu papel no desenvolvimento do ensino científico em escolas de Ensino Fundamental, devendo, assim, apoiar iniciativas nacionais que contribuam para a ampliação de níveis de escolarização nessa etapa da Educação Básica.

A proposta de educação para o Ensino Fundamental não está descolada de perspectivas que propõem uma educação redentora das desigualdades sociais, de modo a responder às exigências do mercado. Aqui, destacamos o vínculo entre educação e trabalho, quer dizer, à

formação para o trabalho em oposição à formação para a emancipação humana. O projeto de educação, presente em tais orientações, é determinado pelas leis do mercado, para o qual a formação é para a produção de mão de obra assalariada, em outras palavras, para a extração de mais valia que movimenta o modo de produção capitalista.

A partir dos documentos analisados, é possível indicarmos que, para a agência, a educação é criadora de condições para o combate à pobreza, de forma a reduzir as desigualdades e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento social e econômico em nível mundial. Desse modo, cabe aos pesquisadores da área da Educação indagar o sentido dessa proposta, de forma a explorar o conjunto dos documentos produzidos pela Unesco, em busca de desvelar suas ideias, suas linhas de ações e suas propostas, no intuito de evidenciar os condicionantes presentes por trás das iniciativas, que aparentemente se colocam como neutras e desinteressadas, mas que, na verdade, são comprometidas com a manutenção da atual estrutura societária.

Considerações finais

A partir da categoria “sociedade civil”, problematizamos a influência da Unesco na área da Educação, demarcando a atuação da agência em diferentes países como uma estratégia para a manutenção da hegemonia capitalista. Sob a perspectiva de contribuir, por meio da educação, para a construção de um mundo com menos desigualdades, a agência vem demarcando presença em programas, projetos e políticas educacionais, em busca de construir consensos alinhados as suas visões de mundo e de projetos de sociedade.

No Brasil, a agência tem empenhado esforços junto ao MEC para colocar em prática o “objetivo comum” da “[...] promoção de ações com vistas ao desenvolvimento de uma educação de qualidade” (BRASIL, 2018, n.p.). Sob esse argumento, a Unesco propõe diretrizes, ações, projetos e políticas educacionais, que dialogam com o parâmetro de qualidade definido pela agência.

As pesquisas acadêmicas na área da Educação que tomam a Unesco como objeto e fonte de estudo têm buscado abordar a atuação da agência no Brasil, desvelando as particularidades que permeiam a sua atuação nos diferentes ramos e níveis de ensino. Assim, o objetivo deste artigo foi contribuir para a reflexão sobre o perfil quantitativo das pesquisas acadêmicas sobre a Unesco.

A sistematização dos dados explicitou que, das 21 pesquisas levantadas, a maioria (11) é oriunda da região Sudeste. Embora as pesquisas venham do campo de conhecimento da Educação, as temáticas são bastante variadas, contemplando discussões sobre as orientações ou as diretrizes da Unesco para a Educação Infantil, para a formação docente, para a educação e diversidade e para a educação não formal. O estabelecimento de categorias temáticas possibilitou a localização de elementos que aproximam ou distanciam os estudos, a identificação do posicionamento teórico dos autores em relação aos temas abordados e a indicação de possibilidades para a realização de pesquisas na área da Educação contemplando a temática em tela.

A partir da análise sobre as orientações da Unesco na área da Educação, percebemos que a agência, desde o momento de sua constituição em 1945, vem sugerindo e operacionalizando iniciativas na área, tendo como foco as diferentes etapas e modalidades da educação. Desse modo, a Unesco vem atuando como sociedade civil internacional e alinhando-se aos projetos societários que buscam a hegemonia capitalista, produz consensos e define o curso de políticas educacionais nos diferentes países.

A partir dos dados levantados e das análises realizadas, é possível inferirmos que as investigações sobre a Unesco ainda podem ser ampliadas, visto que há inúmeras possibilidades de pesquisa ainda não contempladas. Nesse sentido, destacamos que há carência de pesquisas sobre as orientações da agência para o Ensino Médio e Ensino Fundamental. Eis aqui um campo aberto a ser explorado pelos pesquisadores.

Referências

BOUTIN, A. C. B. D. **A relação de forças entre a Unesco e o movimento estudantil e sua materialização na reforma do Ensino Médio através da Lei Nº 13.415/2017**. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

BRASIL. **Decreto Nº 87.522, de 25 de agosto de 1982**. Promulga o Acordo de Cooperação Técnica em Matéria Educacional, Científica e Técnica, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em Paris, a 29 de janeiro de 1981. Brasília: Presidência da República, Secretaria-Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [1982]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1982/D87522.html. Acesso em: 11 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. UNESCO. **GOV.BR**, Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/encceja-2/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20747-unesco>. Acesso em: 5 mar. 2022.

CARVALHO, T. L de.; FERNANDES, J. S.; FARIA, C. A. P de. Organizações internacionais e políticas públicas nacionais: variáveis organizacionais e instrumentos de difusão. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 1-28, jan./abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.21530/ci.v16n2.2021.1112>

CASTRO, J. P. M. **Unesco educando os jovens cidadãos e capturando redes de interesses: uma pedagogia da democracia no Brasil**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

COSTA, A. A. F.; VIANNA, M. A de. Contextos da educação no Brasil entre os anos 1995-2016. *In*: COSTA, A. A. F.; GROppo, L. A. (org.). **O movimento de ocupações estudantis no Brasil**. São Carlos: Pedro e João, 2018. p. 45-84.

COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

DELORS, J. *et al.* **Educação um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasília: Cortez, Unesco, 1996. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5938745/mod_resource/content/4/2012%20educ_tesouro_descobrir_Delors.pdf. Acesso em: 7 jul. 2022.

EVANGELISTA, E. G dos S. **A Unesco e o mundo da cultura**. 1999. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

FERREIRA, N. S. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013>

FONTANA, B. Hegemonia e nova ordem mundial. *In*: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. P. (org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 113-125.

GOMIDE, A. G. V. **A Unesco e as políticas de formação de professores no Brasil**: um estudo histórico, 1945- 1990. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2012.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, v. 2: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, v. 1: introdução ao estudo da filosofia, a filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, v. 5: o Risorgimento, notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, v. 3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GUIMARÃES, P. Paulo Freire e a Unesco: análise de recomendações de políticas de educação de adultos. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 31, n. 64, p. 1-17. DOI: <https://doi.org/10.18675/1981-8106.v31.n.64.s16188>

LEITE, V. de.; BORGES, L. F. P.; FAUSTINO, R. C. Trabalho e educação na perspectiva dos organismos multilaterais. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 30, n. 1, p. 161-175, jan./abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.35699/2238-037X.2021.25875>

MAINARDES, J.; CURY, C. R. J. Ética na pesquisa: princípios gerais. *In*: ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Ética e pesquisa em Educação**: subsídios. Rio de Janeiro: ANPED, 2019. p. 23-29. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/etica_e_pesquisa_em_educacao_-_isbn_final.pdf. Acesso em: 14 abr. 2022.

MAUES, O. C. A agenda global de educação no contexto da covid - 19. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 22, n. 49, p. 187-216, maio/ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5965/1984723822492021187>

NOGUEIRA, M. A. As três ideias de sociedade civil, o Estado e a politização. *In*: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. P. (org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 215-233.

REPRESENTAÇÃO DA UNESCO NO BRASIL. Prefácio. *In*: RAGATTIERI, M.; CASTRO, J. M. (org.). **Currículo integrado para o Ensino Médio**: das normas à prática transformadora. Brasília: Unesco, 2013. p. 7-8.

REPRESENTAÇÃO DA UNESCO NO BRASIL. Sobre a Representação da UNESCO no Brasil. **Unesco**, 2018. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/abou-this-office/>. Acesso em: 26 ago. 2018.

SEMERARO, G. **Gramsci e a sociedade civil**: cultura e educação para a democracia. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUZA, T. G de.; LARA, A. M de B. As resoluções internacionais da ONU/UNESCO para a juventude e suas relações com a educação. **Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v. 17, n. 1, p. 139-153, jan./abr. 2014. DOI: <https://doi.org/10.4025/tpe.v17i1.27727>

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**. Brasília: Unesco, Representação da Unesco no Brasil, 2002. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000147273>. Acesso em: 7 jul. 2022.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Marco estratégico para a UNESCO no Brasil**. Brasília: UNESCO, 2006. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000147544_por. Acesso em: 7 jul. 2022.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Guia de participação no IX Fórum de Juventude da UNESCO**. Brasília: UNESCO, 2014. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/guia_participacao_forum_juventude_unesco.pdf. Acesso em: 7 jul. 2022.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Do acesso ao empoderamento**. Estratégia da UNESCO para igualdade de gênero na e por meio da educação para 2019-2025. Paris: Unesco, 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000372464>. Acesso em: 7 jul. 2022.

Apêndice – Lista de trabalhos pesquisados

BENDRATH, E. A. **O Programa escola da família enquanto política pública: políticas compensatórias e avaliação do rendimento**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010.

BENDRATH, E. A. **A educação não formal a partir dos relatórios da Unesco**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

CARNEIRO, D. G. B. **A agenda temática da educação para o século XXI: uma leitura crítica das produções da Unesco (2010-2015)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

CARVALHO, F. X. **Análise da configuração de políticas públicas para a juventude a partir de 1990: evidenciando concepções e estratégias neoliberais**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

CHAGAS NETO, J. **Geopolítica da cultura da interdisciplinaridade: um estudo da convenção da UNESCO sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2009.

CHAVES, M. **O papel dos Estados Unidos e da UNESCO na formulação e implementação da proposta pedagógica no estado do Paraná na década de 1960: o caso da educação no jardim de infância**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

CRUZ, A. C. J. da. **Antirracismo e educação: uma análise das diretrizes normativas da Unesco.** 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

FERNANDES, J. E. **O ensino superior na sociedade da informação e o conhecimento na ótica da Unesco e do Banco Mundial.** 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2015.

FRANCO, M. G. **A apropriação das tecnologias da informação e comunicação por jovens e adultos não alfabetizados: um direito humano a ser garantido.** 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

GIARETA, P. F. **Função social da universidade: reflexos do pacto proposto pela Unesco na pedagogia universitária para a formação de professores.** 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

GOMIDE, M. G. V. **A Unesco e a política de formação de professores no Brasil: um estudo histórico, 1945-1990.** 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2012.

GONTIJO, F. B. de. **A Didática Magna de Comenius e as declarações da Unesco: educação para todos – a inspiração de Comenius e as proposições da Unesco.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Uberaba, Uberaba, 2016.

JENICHEN, N. M. **Os padrões de competência em TIC para professores estabelecidos pela Unesco: investigando o desejável e o provável na percepção de docentes do Ensino Superior de Santa Catarina para o decênio 2014-2024.** 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2014.

MORGADO, S. P. **Políticas de educação infantil no Brasil: da educação de alguns ao cuidado de outros na proposta ECPI da UNESCO.** 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

OLIVEIRA, N. T. **A Unesco, o Unicef e as Políticas de educação infantil no Brasil.** 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

OLIVEIRA, R. B. **Unesco e EJA: a perspectiva de formação no contexto do capitalismo brasileiro.** 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

RODRIGUES, A. A. **Políticas de educação e formação docente no Brasil a partir de 2000: a perspectiva da Unesco.** 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Paraná, Paranaíba, 2015.

SILVA, L. R. da. **O discurso moderno sobre educação, diversidade e tolerância: os documentos da Unesco e a crítica de Marcuse.** 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

SILVA, M. M. **A sexualidade como tema pedagógico: análises das propostas do MEC e da Unesco para a inserção do tema nas escolas.** 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2013.

SOUZA, T. G. **A política do Programa Abrindo Espaços (PAE):** educação e cultura para a paz (2000 a 2010) – educação para a emancipação ou conformação?. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

UCHOA, D. S. **A década da educação do desenvolvimento sustentável da UNESCO:** uma análise sob a ótica da educação ambiental crítica. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Recebido em 02/06/2022

Versão final corrigida recebida em 06/07/2022

Aceito em 08/07/2022

Publicado online em 20/07/2022